

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Reforma e Adequação do Estatuto do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM

### ÍNDICE

Capítulo I	<b>Da denominação, duração, fins, natureza e sede</b>
Capítulo II	<b>Do quadro de associados</b>
Capítulo III	<b>Da admissão, suspensão, exclusão e demissão</b>
Capítulo IV	<b>Do direito e deveres do associado</b>
Capítulo V	<b>Da estrutura administrativa</b>
Capítulo VI	<b>Das assembleias</b>
Capítulo VII	<b>Do conselho de administração</b>
Capítulo VIII	<b>Do conselho fiscal</b>
Capítulo IX	<b>Do conselho dos profissionais</b>
Capítulo X	<b>Da secretaria executiva</b>
Capítulo XI	<b>Do processo eletivo</b>
Capítulo XII	<b>Da receita e patrimônio</b>
Capítulo XIII	<b>Dos livros</b>
Capítulo XIV	<b>Das disposições gerais</b>
Capítulo XV	<b>Das disposições transitórias.</b>

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Reforma e Adequação do Estatuto do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM

### Capítulo I

#### Da denominação, duração, fins, natureza e sede

**Artigo 1º** - O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM, instituição sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº. 30.652.105/0001-96, com registro no Cartório de 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Linhares/ES, sob o nº. 00001008, em 26/01/2017, no livro A-127, com sede na Rua Luiz de Camões, nº 902, bairro Interlagos, município de Linhares, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.903-182 é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável, promove a reforma e adequação do seu estatuto de acordo com redação descritas neste artigo, bem como nos capítulos e artigos a seguir:

**Artigo 2º** - A sede administrativa do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM, fica à Rua Luiz de Camões, nº 902, bairro Interlagos, Linhares/ES, CEP 29.903-182, Brasil.

**Artigo 3º** - O prazo de duração do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM é indeterminado.

**Artigo 4º** - A finalidade do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM, consiste em:

- I - Produção e promoção de eventos esportivos (9319-1-01)
- II - Ensino de esportes (8591-1/00);
- III - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente (9319-1/99)
- IV - Atividades de condicionamento físico (9313-1/00);
- V - Gestão de instalações de esportes (9311-5/00);
- VI - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (9430-8/00);

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



- VII - Atividades associativas não especificadas anteriormente (9499-5/00);
- VIII - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (8599-6/99);
- IX - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente (9329-8/99);
- X - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (7490-1/99);
- XI - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01).

**Artigo 5º** - A fim de cumprir as suas finalidades, o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacional e estrangeira, assim como, com empresas.

**Artigo 6º** - O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** poderá desenvolver atividades em todo território nacional em forma de filial, mantida ou licenciado.

### Capítulo II Dos Associados

**Artigo 7º** - O quadro de associado do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** é ilimitado, constituído da seguinte classificação:

- I - associado mantenedor,
- II - associado efetivo,
- III - associado contribuinte,
- IV - associado voluntário,
- V - associado profissional,
- VI - associado benemérito,
- VII - associado patrocinador,
- VIII - associado institucional.

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 8º** - É associado mantenedor, é pessoa física e jurídicas mantenedor que assuma o compromisso de manter o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, e que venha a pagar anuidades.

**Artigo 9º** - É associado efetivo, pessoa física, associado contribuinte, que tenha participado das atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, por prazo não inferior a três (03) anos consecutivos, sem faltas ou sanções administrativas, o qual será convidado a compor a categoria, a convite do conselho de administração e que venha a pagar anuidades.

**Artigo 10º** - É associado contribuinte, pessoa física, que venha a solicitar a sua adesão após assembleia de constituição e que venha a pagar anuidades.

**Parágrafo único:** A modalidade de associado contribuinte, poderá ter subcategoria, conforme a ser definido no desenvolvimento das suas atividades.

**Artigo 11** - É associado voluntário, pessoa física que venha a compor os serviços voluntários do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamentos das anuidades.

**Artigo 12** - É associado profissional, todos os profissionais de diversos setores a fins que venha a participar do projeto ou programa do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, estando isento de pagamentos das anuidades.

**Artigo 13** - É associado benemérito, pessoa física que tenha prestado serviços relevantes ao **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** que seja por atividade voluntária, quer seja por doações e contribuições, estando isento de pagamento de anuidades.

**Artigo 14** - É associado patrocinador, pessoa jurídica que patrocina as atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, de forma constante ou periódica, que venha a pagar anuidades ou não.



## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM

**Artigo 15** – É associado institucional, todas as pessoas jurídicas do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, do primeiro, segundo e terceiro setor, autarquias ou estabelecimentos de ensino, que venha a participar e não pagam anuidade.

**Artigo 16** - Uma pessoa pode participar de mais de uma categoria de associado, podendo optar.

### Capítulo III Da admissão, suspensão, exclusão e demissão

**Artigo 17** - Para admissão do associado, o mesmo deverá preencher uma ficha cadastral, a qual será analisada pelo conselho de administração, e uma vez aprovado será informado seu número de matrícula e a categoria a que pertence.

**Artigo 18** - O convite para efetivar o associado contribuinte, será em forma de avaliação, sendo encaminhado pelo Conselho de administração e homologado pela assembleia geral, ao ter cumprido o prazo de três (03) anos de associado, conforme o artigo 9º do presente estatuto.

**Artigo 19** - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometa a ética, moral ou aspecto financeiro do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, será passível de sanções da seguinte forma:

- I – advertência por escrito;
- II – suspensão dos seus direitos por tempo determinado;
- III – exclusão do quadro de associado

**Artigo 20** - A advertência por escrito será elaborado pelo conselho de administração, com aviso de recebimento, informando o motivo.

**Artigo 21** - Ocorrendo à repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um prazo não superior a cento e cinquenta (150) dias corridos, pelo conselho de administração, com exposição de motivos.

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 22** - Perdurando o fato, ou que venha a cometer mais transtornos, no prazo de doze (12) meses corridos, o associado será conduzido pelo conselho de administração a pautar junto à assembleia geral extraordinária, sugerindo a sua exclusão.

**Artigo 23** - Quando do encaminhamento do associado para sua exclusão, o mesmo terá direito o defeso na assembleia.

**Artigo 24** - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associado, após três (03) anos de afastamento.

**Parágrafo único:** Quando da sua readmissão o candidato estará sujeito às recomendações vigentes no estatuto e demais normas internas.

**Artigo 25** - Para demissão espontânea do associado, basta o mesmo encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de uma correspondência, dirigida à secretaria do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 26** - O associado que venha a solicitar sua demissão espontânea, poderá retornar ao quadro de associado a qualquer momento, exceto quando houver um precedente administrativo pendente, quando do seu afastamento.

**Artigo 27** - Quando ocorrer falta grave, por parte do associado, que venha a comprometer o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, o conselho de administração, poderá excluí-lo, sem a necessidade de advertência ou suspensão.

**Artigo 28** - Todo associado encaminhado para exclusão, terá direito à defesa na assembleia extraordinária subsequente.

**Artigo 29** - Quando o associado for pessoa jurídica, o seu representante legal, terá o direito de cadastrar como associado, podendo escolher sua categoria a qual pretende cadastrar.

*Brachim*

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Capítulo IV Dos direitos e deveres do associado

**Artigo 30** - São direitos do associado:

- I – frequentarem a sede do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**;
- II - usufruir das atividades oferecidos pelo **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**;
- III – participar das assembleias;
- IV- aos associados mantenedores e efetivos de se candidatar a cargos eletivos.

**Artigo 31** - São deveres do associado:

- I – acatar as decisões da assembleia;
- II – atender os objetivos e finalidades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**;
- III – zelar pelo nome do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**;
- IV- participar das atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 32** - Os associados mantenedores e efetivos poderão pleitear a cargos eletivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 33** - Os associados poderão formar grupos de trabalho independente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:

- I – serviços de voluntariado;
- II- realização de eventos de confraternização;
- III – grupos de estudos e pesquisas,
- IV- grupos de debates,

**Parágrafo único:** Para realização das atividades, basta comunicar à secretaria do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, indicando um responsável pelas atividades.

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Capítulo V Da estrutura administrativa

**Artigo 34** - O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM é composta dos seguintes órgãos para sua administração:

- I – assembleias
- II – conselho de administração
- III – conselho fiscal
- IV – conselho dos profissionais
- V – secretaria executiva

**Artigo 35** - As assembleias poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão.

**Parágrafo único:** O conselho dos profissionais poderá realizar suas assembleias parciais para deliberação de assuntos específicos, devendo o mesmo ser homologada pela assembleia geral extraordinária subsequente.

**Artigo 36** - O conselho de administração é composto de quatro (04) membros, eleitos entre os associados mantenedores e efetivos, com mandato de três (03) anos.

**Artigo 37** - O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de três (03) anos.

**Artigo 38** – O conselho dos profissionais e constituído por profissionais de diversas áreas lotadas junto ao INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM.

**Artigo 39** - A secretaria executiva é contratada e remunerada, podendo ser associado ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento.

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Capítulo VI Das Assembleias

**Artigo 40** - As assembleias podem ser gerais ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 41** - A assembleia geral ordinária ocorrerá sempre na segunda quinzena do mês de março de cada ano.

**Artigo 42** - Compete à assembleia geral ordinária:

- I – eleger membros do conselho de administração e fiscal
- II – aprovar planos de trabalho
- III – aprovar balanços e contas

**Artigo 43** - A assembleia geral extraordinária, poderá se reunir quantas vezes for necessário, sempre que o assunto for de interesse do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 44** - Compete à assembleia geral extraordinária:

- I – discutir assuntos referentes a bens e patrimônios
- II – alterar ou reformar o presente estatuto
- III – dissolução do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**
- IV – exclusão do associado
- V – destituição de membros dos conselhos
- VI – demais assuntos de relevância

**Artigo 45** - A convocação das assembleias poderá ser realizada da seguinte forma:

- I – por fixação de edital no quadro de aviso da secretaria da sede com antecedência mínima de quinze (15) dias corridos,
- II – e ou por meio de circular entre os associados com antecedência mínima de dez (10) dias corridos,

*Boadman*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



III – e ou por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de três (03) dias corridos.

**Artigo 46** - A instalação e as deliberações das assembleias gerais poderão ser da seguinte forma:

- I – na primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados em pleno gozo dos seus direitos
- II – a segunda convocação meia hora depois, com qualquer número de associados.

**Parágrafo único:** As deliberações das assembleias serão em forma de votação com decisão de dois terço (2/3) dos presentes.

**Artigo 47** - O edital de convocação das assembleias deverá conter:

- I – data da assembleia
- II – horário da assembleia
- III – local com endereço completo
- IV – pauta da assembleia

**Artigo 48** - As assembleias gerais poderão ser convocadas pelo:

- I – conselho de administração
- II – conselho fiscal,
- III – conselho dos profissionais,
- IV – por um quinto (1/5) dos associados em pleno gozo dos seus direitos

**Artigo 49** - Quando da votação de uma pauta em assembleia, todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, poderão participar.

**Artigo 50** - As assembleias ordinárias, extraordinárias ou reuniões poderão ser realizadas em ambiente virtual, utilizando-se sistema ou plataforma digital, que atenda aos requisitos legais referentes à convocação, quórum para instalação da assembleia, votação, publicação da ata, situação dos inadimplentes, outorga de procurações, bem como outros requisitos previstos ou presentes neste Estatuto.

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



§1º – Para operação do sistema, o presidente poderá, caso não atue pessoalmente na realização da assembleia em ambiente virtual, designar um operador do sistema que atuará em seu nome e sob sua supervisão.

§2º – As assembleias realizadas em ambiente digital deverão possibilitar a realização de participações, registro de opiniões e/ou sugestões de todos os associados. Após a fase de discussão, os assuntos poderão ser levados à votação, também em ambiente virtual, com a abertura da assembleia onde os associados poderão realizar seu voto por meio de dispositivos eletrônicos, sendo vedado o acesso dos inadimplentes à votação.

§3º – Para fins de convocação, será considerada válida a expedição de correspondência eletrônica, com envio de mensagens em caixa postal eletrônica indicada pelo associado, mensagem tipo "e-mail", que deverá conter todos os dados expressos no Edital de Convocação.

§4º – Na fase de encerramento da assembleia, a plataforma digital deverá possibilitar a geração da ata da assembleia que deve atender todos os requisitos legais para fins de registro em estabelecimento cartorário, caso seja necessário.

§5º – Para fins de comprovação de participação nas assembleias, será considerado válido documento emitido pelo sistema digital que contenha dados que comprovem o acesso por meio de login e interação com o sistema, durante a realização das assembleias.

### Capítulo VII Do conselho de administração

**Artigo 51** - O conselho de administração é composto dos seguintes cargos:

- I – presidente
- II – secretário
- III – tesoureiro
- IV – suplente

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 52** - Os membros do conselho de administração são eleitos entre os associados mantenedores e efetivos, com pleno gozo dos seus direitos, com mandato de três (03) anos, com direito à reeleição.

**Artigo 53** - Compete ao conselho de administração:

- I – representar o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** aos seus atos
- II – convocar assembleias
- III – contratar e demitir funcionários
- IV – montar planos de trabalho
- V – administrar o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 54** - Compete ao presidente do conselho de administração:

- I – representar e responder pelo **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**,
- II – presidir reuniões e assembleias
- III – assinar documentos, recebimentos e pagamentos em conjunto com o tesoureiro,
- IV – administrar o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, em conjunto com a secretaria executiva,
- V - definir planos de trabalho, em conjunto com o conselho de administração,
- VI- responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.

**Artigo 55** - Compete ao secretário do conselho de administração:

- I – secretariar reuniões e assembleias
- II – arquivar documentos e correspondências
- III – manter sobre sua guarda os livros do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**,
- IV – substituir o tesoureiro nas suas faltas e impedimentos

**Artigo 56** - Compete ao tesoureiro do conselho de administração:

- I – organizar a contabilidade

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



- II – assinar em conjunto com o presidente as liberações de pagamentos
- III – montar balanço anual e os balancetes
- IV – proceder ao recebimento e pagamentos.
- V – substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

**Artigo 57** - Compete ao suplente do conselho de administração, substituir o secretário, nas suas faltas e impedimentos.

### Capítulo VIII Do Conselho Fiscal

**Artigo 58** - O conselho fiscal é composto no-mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de três (03) anos, com direito à reeleição, sendo composto de:

- I – titular,
- II – suplente.

**Artigo 59** - Compete ao conselho fiscal:

- I – presidir reuniões e assembleias
- II – manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios
- III – convocar reuniões e assembleias
- IV – manifestar sobre conduta dos associados
- V – manifestar sobre planos de trabalho,
- VI – constituir comissões específicas,
- VII - aprovação de balanço.

**Artigo 60** - Ao titular do conselho fiscal compete:

- I – convocar e presidir reuniões e assembleias
- II - assinar documentos relativos aos pareceres do conselho fiscal
- III – representar o conselho fiscal perante o conselho de administração,
- IV – votar nas matérias de apreciação

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 61** - Ao suplente do conselho compete:

- I – substituir o titular nas faltas e impedimentos
- II – secretariar as reuniões e assembleias
- III – manter sobre sua guarda os livros e documentos relativos ao conselho fiscal
- IV – votar nas matérias de apreciação

**Artigo 62** - O conselho fiscal poderá contratar serviços externos de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

### Capítulo IX Do conselho dos profissionais

**Artigo 63** – O conselho dos profissionais é constituído pelos profissionais de diversos segmentos lotados no **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, sendo composto de três (03) membros eleitos entre os profissionais, com mandato de três (03) ano, com direito à reeleição com seguintes cargos:

- I – um coordenador,
- II – dois adjuntos.

**Artigo 64** – Compete ao conselho dos profissionais:

- I – definir programas e projetos,
- II – planejamento das atividades,
- III – propor formas de trabalho,
- IV – assessorar e orientar a formulação de programas e projetos,
- V – convocar reuniões e assembleias,
- VI – definir comissão de ética,
- VII – integrar as atividades com a comunidade, governo e instituições.

**Artigo 65** – Compete ao coordenador do conselho dos profissionais:

- I – organizar calendário de reuniões,
- II – convocar e presidir reuniões e assembleias,
- III – coordenar as atividades do conselho.



## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM

**Artigo 66** – Compete aos adjuntos do conselho dos profissionais:

- I – secretariar os trabalhos do conselho,
- II – substituir o coordenador nas suas faltas e impedimentos,
- III – manter atas e documentos.

**Artigo 67** – Os membros do conselho dos profissionais poderão participar das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 68** - O processo eleitoral para compor o conselho dos profissionais ocorrerá a qualquer momento, desde que haja necessidade, ficando a critério do conselho de administração e do conselho fiscal do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** deliberar a respeito em assembleia extraordinária.

### Capítulo X Da Secretaria Executiva

**Artigo 69** - A estrutura administrativa e organograma da secretaria executiva, será dimensionada conforme o volume de atividades a ser administrada, podendo variar em função do número de programas e projetos do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, podendo criar coordenação ou departamentos.

**Artigo 70** - A secretaria executiva será contratada e remunerada

**Parágrafo único:** Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspenso, enquanto estiver ocupando o cargo, portanto, não podendo votar nos assuntos administrativos.

**Artigo 71** - Compete à secretaria executiva:

- I - administrar o **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** sob comando do conselho de administração,
- II – cadastrar documentação e encaminhar para segmentos interessados,



## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM

III – organizar os planos de trabalho,

IV – procurar meios de atualizar o INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM.

### Capítulo XI Do processo eletivo

**Artigo 72** - Os cargos eletivos para conselho de administração e fiscal, são exclusivos dos associados mantenedores e efetivos, que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

**Parágrafo único:** Os associados patrocinadores poderão indicar seu representante para compor o conselho fiscal, enquanto perdurar o patrocínio.

**Artigo 73** – Os cargos eletivos para conselho dos profissionais é formado especialmente pelos associado profissional regularmente registrada.

**Artigo 74** - A eleição ocorrerá em assembleia ordinária da seguinte forma:

I – serão indicados dois membros entre os presentes para a condução da assembleia de eleição, que não sejam candidatos,

II – para cada chapa candidata será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,

III – a votação será secreta, aberta para todos os associados de pleno gozo dos seus direitos,

IV – os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente,

V – encerrada a votação, será realizado o escrutínio e a contagem dos votos,

VI – após a contagem, será proclamada a chapa eleita.

**Parágrafo único:** O processo de eleição do conselho dos profissionais terá o mesmo procedimento, sendo realizada após a eleição do conselho de administração e fiscal.

**Artigo 75** - As chapas candidatas deverão inscrever sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à secretaria do INSTITUTO

*Qualmin*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM, com antecedência mínima de três (03) dias corridos, antes da assembleia de eleição.

**Artigo 76** - Para impugnação da chapa, o mesmo deverá ser realizado por escrito, até dois (02) dias corridos, após o prazo estipulado para a eleição, e deverá ser protocolado junto à secretaria do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM.

**Artigo 77** - A solicitação da impugnação será realizada pelo conselho fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

**Artigo 78** - Ocorrendo à impugnação, deverá ser marcada uma nova data para a assembleia de eleição no prazo máximo de cento e cinquenta (150) dias corridos.

**Artigo 79** - Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples, dos seguintes documentos:

- I – RG
- II – CPF
- III – comprovante de residência
- IV – ultima declaração do imposto de renda ou comprovante de entrega – pessoa física
- V – titulo de eleitor e comprovante de votação do último pleito
- VI – para homens, comprovante de quitação de serviço militar.

**Artigo 80** - A posse da chapa eleita ocorrerá após quinze (15) dias corridos, à data da assembleia de eleição.

**Artigo 81** - Caso algum dos membros da chapa eleita deixe de apresentar os documentos, até o prazo previsto, a chapa eleita será cancelada, devendo ser realizada nova eleição.

**Artigo 82** – Ocorrendo impugnação ou cancelamento da chapa eleita, o mandato do grupo gestor em exercício será prorrogado automaticamente até a posse do novo grupo gestor.

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



## Capítulo XII Da receita e patrimônio

**Artigo 83 -** Constitui receita do INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM:

- I – contribuições de pessoas físicas e jurídicas,
- II – doações e legados,
- III – usufruto que lhe forem conferidos,
- IV – rendas em seu favor constituído por terceiros,
- V – rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros,
- VI – juros bancários, antecipação de receitas de produção e outras receitas financeiras,
- VII - captação de renúncias e incentivos fiscais,
- VIII – receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais,
- IX– subvenção ou recursos do governo municipal, estadual, União ou de autarquias,
- X– direitos autorais,
- XI– anuidades,
- XII– recursos estrangeiros,
- XIII– receitas de financiamento interno e externo,
- XIV– resultado de quotas de participação,
- XV– bilheteria de eventos,
- XVI– patrocínios,
- XVII- resultado de sorteios, bingos, leilões e concursos,
- XVIII– repasses,
- XIX- taxa de administração e ou de gestão,
- XX– convênios,
- XXI– termos de cooperação,
- XXII– contratos,
- XXIII– termos de parceria
- XXIV- termo de fomento,
- XXV- termo de colaboração.

*Enadimara*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 84** - Todas as receitas serão destinadas à manutenção dos objetivos do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 85** - Os patrimônios do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** serão constituídos de bens identificados em escritura pública, que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.

**Artigo 86** - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha a agravar do ônus sobre o patrimônio do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, dependerá da aprovação dos Conselhos fiscal e administrativo.

**Artigo 87** - O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** poderá constituir fundos como; **Fundo de Apoio Social, Fundo de Investimento, Fundo do Trabalhador, Fundo de Reserva**, e demais fundos regulamentados conforme legislação pertinente.

### Capítulo XIII Dos Livros

**Artigo 88** - O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** manterá os seguintes livros:

- I – livro de presença das assembléias e reuniões
- II – livro de ata das assembléias e reuniões
- III - livros fiscais e contábeis,
- IV – demais livros exigidos pelas legislações

**Artigo 89** - Os livros estarão sob a guarda do secretário do conselho de administração do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, devendo serem vistados pelo presidente do conselho de administração e fiscal.

**Artigo 90** - Os livros estarão na sede do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, sendo disponibilizados para o público em geral.

*Boadiman*

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 91** - Os interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada.

## Capítulo XIV Das disposições gerais

**Artigo 92** - Os membros do conselho dos profissionais poderão realizar assembleias parciais para discussão de assuntos específicos, cuja resolução deverá ser encaminhada para Secretaria Executiva.

**Artigo 93** - A sessão de uma assembleia poderá ser prorrogada para outra data, sem a necessidade de uma nova convocação, desde que aprovado pelos presentes.

**Artigo 94** - Os cargos dos conselhos de administração, fiscal e profissional, não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos no **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**.

**Artigo 95** - Para a extinção do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, o processo consiste em:

- I – deverá ser convocada uma assembleia extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local
- II – a deliberação ocorrerá com dois terços dos presentes
- III – sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição como determinado na lei federal pertinente e que tenha seu registro junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

**Artigo 96** - Para a alteração ou reforma do Estatuto do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, será convocada assembleia geral extraordinária para essa finalidade, cuja instalação e deliberações dessa assembleia seguirá na forma prevista no art.46, incs. I e II e parágrafo único, do presente Estatuto.

*Ronaldson*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 97** - Dentro das atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por: raça, idade, sexo, etnia ou religião.

**Artigo 98** - Nas atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** ficam expressamente proibidas as manifestações de política partidária.

**Artigo 99** - O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** aplica suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

**Artigo 100** - Ocorrendo vaga em algum dos cargos dos conselhos, o conselho de administração, fiscal e dos profissionais, poderá indicar um dos membros, para preenchimento do cargo até sua homologação na assembleia subsequente.

**Artigo 101** - Os associados não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade nem há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

**Artigo 102** - O exercício financeiro e fiscal do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** coincidirá com o ano civil.

**Artigo 103** - Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, o conselho de administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, como mínimo de cinco (5) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

**Parágrafo único:** A comissão terá o prazo de trinta (30) dias corridos para apresentação dos pareceres, após a sua constituição.

**Artigo 104** - Atendido as legislações pertinentes, fica regida pelo presente estatuto a seguinte norma;

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



- I – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência,
- II – adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório,
- III – constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**,
- IV – em caso de dissolução, além de atender o artigo 95 do presente estatuto, o patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal, preferencialmente que tenha mesmo objetivo social do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**,
- V – na hipótese do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, perder a qualificação instituída na lei federal, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferida a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal,
- VI – possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos casos os valores praticados no mercado, na região correspondente a sua área de atuação.
- VII – as normas de prestação de conta a serem observadas pelo **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, fica determinado no mínimo;
- a – observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade,
  - b – publicação do balanço financeiro, na imprensa local, juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do público em geral,

*Brasilian*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



- c – quando da firmação de termos de parceria, será obedecidas às instruções do decreto federal nº 3.100/99 de 30/06/99 e serão contratada auditoria externa independente para aplicação dos recursos originários do termo de parceria,
- d – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem publica recebida pelo **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal,
- e – elaborar balanço social e ambiental em conformidade a Resolução nº. 1.003/04 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade,

**Artigo 105** – O processo de votação nas assembleias será regulamentado no regimento interno.

**Artigo 106** - Quando do desenvolvimento de atividades especificas, poderá constituir departamentos com autonomia administrativa e financeira, sendo regulamentado quando da sua constituição.

**Artigo 107** – O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** poderá realizar gestão de outras organizações que atuem em esporte, assistência social e meio ambiente para consecução dos seus objetivos.

**Artigo 108** – Os associados patrocinadores, que venha efetivamente contribuir financeira ou com material nas atividades do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, poderá indicar o seu representante para compor o conselho fiscal, enquanto perdurar o seu patrocínio.

**Artigo 109** – Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas.

**Artigo 110** – O **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM** poderá constituir conselhos complementares, conforme tipo de atividade a ser realizada para atender as legislações pertinentes sobre atividade.

*Boacalman*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 111** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá constituir outras pessoas jurídicas do terceiro setor, em forma de mantida com independência administrativa e financeira para consecução dos seus objetivos.

**Artigo 112** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá constituir departamentos para consecução dos seus objetivos, estando subordinada a secretaria executiva e a sua constituição será autorizada pelo conselho de administração.

**Parágrafo único:** Cada departamento terá sua norma administrativa e operacional, respeitando os códigos de ética profissional de cada segmento.

**Artigo 113** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM respeitará as condições básicas estabelecidas na Lei Complementar 187/2021 como:

I - não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II - apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;

V - não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;

*Vertical stamp: Cartório do 1º Ofício, Pessoas Jurídicas*

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



VI - conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do **caput** do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e

VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

**Artigo 114** – Os membros dos conselhos de administração, fiscal e dos profissionais poderão formar comissões de trabalho específicos dentro das suas competências, como órgão auxiliar e complementar do processo de gestão do **INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM**, o qual deverá ser normatizado pelo conselho de administração podendo ser:

- I – comissão de ética,
- II – comissão de normas e regulamentos,
- III – comissão de sistematização,
- IV – comissão de programação,
- V - demais comissões de interesse.

**Artigo 115** – Atendendo a Lei Federal nº 13.019/14 e 13.204/15, a prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria perante o órgão da entidade estatal parceira refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;
- III - extrato da execução física e financeira;
- IV - demonstração de resultados do exercício;

## INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



- V - balanço patrimonial;
- VI - demonstração das origens e das aplicações de recursos;
- VII - demonstração das mutações do patrimônio social;
- VIII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- IX - parecer e relatório de auditoria, se for o caso.

**Artigo 116** - As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo em que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.

**Artigo 117** - O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá visar atender ao disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º do Código Tributário Nacional é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. § 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º do CTN, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício. § 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º da CTN, são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

**Artigo 118** - O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá desenvolver estudo e pesquisas em parceria com academia e demais instituições.

# INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM



**Artigo 119** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá organizar centros por especialização ou unidade mantidas com independência administrativa e financeira, para consecução dos seus objetivos.

**Artigo 120** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá constituir consorciamento com demais instituições do terceiro setor para desenvolvimento das atividades para consecução dos seus objetivos.

**Artigo 121** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá fornecer suplementos, insumos, equipamentos, fertilizantes e mão de obra.

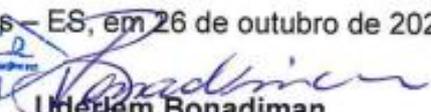
**Artigo 122** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá fornecer serviços complementares de assistência social para geração de renda familiar e inserção no mercado de trabalho.

**Artigo 123** – O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM poderá desenvolver programa de comercialização central e sistema de compra associativa.

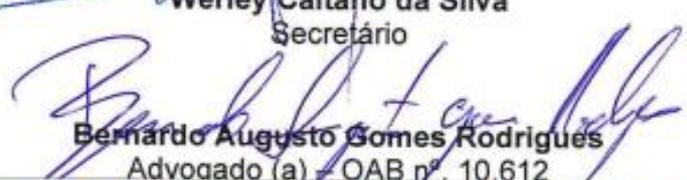
## Capítulo XV Das disposições transitórias

**Artigo 124** - O presente estatuto entra em vigor a partir desta, devendo proceder ao tramite legal para registro e demais providencias cabível.

Linhares - ES, em 26 de outubro de 2022.

2º OFÍCIO DE NOTAS  
  
Uderlem Bonadiman  
Presidente

2º OFÍCIO DE NOTAS  
  
Werley Caitano da Silva  
Secretário

  
Bernardo Augusto Gomes Rodrigues  
Advogado (a) - OAB nº. 10.612

**CARTÓRIO REIS**

2º OFÍCIO - TABELIONATO DE NOTAS DE LINHARES  
Avenida João Felipe Celimon, 730 - Centro - Linhares - ES - CEP 26.500-000  
Fone: (51) 3350 - www.cartorioreis.com.br / cartorioreis@cartorio.com.br

Página 27 de 27



Reconheço, conforme art. 896 do Código de Normas, por semelhança a firma de UDERLEM BONADIMAN e WERLEY CAITANO DA SILVA. Em Test. da verdade Linhares-ES 07/12/2022, 10:13:18

Gabriela Carvalho de Resenca - Escrevente Autorizada. Selo Digital: 024125.KJJ2209.08152. Emolumentos: R\$ 7,00 Encargos: R\$ 2,74 Total: R\$ 9,74. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



**1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Linhares/ES**

Protocolado sob nº 00006746 em 24/11/2022, Averbado sob nº 00001008/3 em  
07/12/2022 - Livro A-189. Emolumentos:412,44 Encargos:123,48 Total:535,92



  
Oficial Interino

Selo Digital nº 021394.QKC2213.00029  
Consulte autenticidade em [www.tjes.ius.br](http://www.tjes.ius.br)

*Laís Taquetti N. P. Caliman*  
Escrevente

